

## IDENTIFICAÇÃO, ATRIBUIÇÃO DE VALORES, CONTEXTUALIZAÇÃO ANALÍTICA, PROPOSIÇÕES DE INTERVENÇÕES E DE DIRETRIZES EM SÍTIOS HISTÓRICOS EDIFICADOS EM ARQUITETURA DE TERRA

Raymundo Rodrigues (1)

(1) Arquiteto, Mestre em Urbanismo, Especialista em Conservação de Sítios Históricos e Arqueológicos Edificados em Arquitetura de Terra, Curador do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Resende – RJ e Consultor [rayrodrigues@hotmail.com](mailto:rayrodrigues@hotmail.com) [oikosarquitetura@uol.com.br](mailto:oikosarquitetura@uol.com.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** Interesse, Proteção, Planejamento, Uso, Intervenção

**KEYWORDS:** Interest, Protection, Planning, Utilization, Intervention

### RESUMO

*O presente trabalho se propõe a abordar alguns procedimentos referentes a intervenções em sítios históricos e arqueológicos, onde se apresentem registros edificados nas técnicas em terra crua. A partir da utilização do método “SWOC”, ferramenta referencial para ações em equipe que proporciona técnicas apropriadas para aquisição de informações e a organização sistemática das mesmas, gerando análises das relações “problema-solução”, desenvolvemos a formulação de questões referentes a algumas categorias e fatores.*

### 1. INTRODUÇÃO

A utilização da terra crua como elemento construtivo se desenvolveu no Brasil de várias formas. Com o processo de colonização foram introduzidas as técnicas do adobe e também a taipa de pilão, porém acreditamos que o fenômeno dos arquétipos evidenciou que os nativos locais, os índios brasileiros, e os nativos africanos que aqui chegaram como escravos, já dominavam as técnicas do pau-a-pique ou taipa de mão.

Por se tratar de matéria-prima de certa forma abundante, podemos afirmar que nas primeiras ocupações no período colonial a utilização dessas técnicas predominava. Vale dizer, entretanto, que em algumas regiões, principalmente as localizadas próximas do litoral, a pedra foi largamente utilizada como fundação e também como parede.

Apesar do preconceito existente, as técnicas em terra crua ainda são bastante utilizadas. Segundo as Nações Unidas, 60% da população mundial vivem em construções feitas em terra. Paradoxalmente, o valor e a extensão do patrimônio arquitetônico da arquitetura de terra tem sido sistematicamente desconhecidos, ignorados e ocultados por quase todas as disciplinas ligadas às Artes e à Arquitetura que não se interessam, em escala mundial, em integrar-la em seus sistemas de transmissão de conhecimento.

Esta lacuna tem levado a uma falta de interesse cujo resultado poderia ser dramático para este patrimônio identificado na arquitetura vernacular e contemporânea em vários lugares do planeta.

- 10% da “Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade” é constituído por monumentos de Arquitetura de Terra;
- 16 dos monumentos mundiais incluídos na “Lista dos 100 Monumentos em Perigo” do World Monument Watch estão construídos com terra;
- 57% da “Lista do Patrimônio Cultural em Perigo” do World Heritage Centre consiste em sítios de Arquitetura de Terra.

Por influência dos problemas sociais e ambientais, as perdas de referências culturais, a pouca autenticidade, a degradação do meio ambiente etc, estamos hoje presenciando um período de redescobrimto e real interesse pela Arquitetura de Terra.

## **2. O INTERESSE**

Inicialmente, o desejo pela preservação tinha um caráter quase que romântico, como se o interesse pelas coisas materiais produzidas pela atividade humana no passado, apenas nos fizesse constatar o quanto evoluímos.

Normalmente, nenhuma geração de seres humanos conseguirá durante sua existência fabricar, adquirir e utilizar todo seu entorno material: as gerações anteriores lhes transferirão parte de suas ferramentas, estruturas e lugares.

A gestão de recursos culturais que tenta preservar valores herdados no passado, e a maneira que são utilizados no presente, representa o surgimento consciente do interesse por um processo quase sempre implícito, que deve ser tão velho quanto a cultura humana.

Mas a aceleração da industrialização, do descarte e da velocidade com que se transformam nossas paisagens, nos leva à preocupação com a perda da continuidade cultural e contraste gerada por mudanças demasiadas rápidas nos nossos entornos culturais, construído ou natural. Em nosso próprio espaço de vida, temos visto como os lugares e coisas que serviram para modelar nossa juventude desapareceram para sempre, sob um novo shopping center, uma estrada ou um prédio de apartamentos.

Em função dessa situação de grandes perdas das intervenções humanas, começaram a acontecer encontros internacionais de especialistas e pessoas interessadas na preservação.

A Carta de Atenas foi elaborada em 1931, a partir de um congresso internacional que contribuiu para o desenvolvimento de um vasto movimento mundial, tendo como reflexo vários documentos nacionais e também a criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM.

Em 1964, a Carta de Veneza introduziu vários conceitos como: definições de monumento, conservação, restauração, sítios históricos e escavações. Outros encontros geraram cartas regionais como as Normas de Quito (1967), Carta de Machu-Pichu (1977) e Carta de Burra (1979), revisada em 1988.

## **3. PROTEÇÃO**

Ao mesmo tempo em que se despertava o interesse pela preservação, se debatia como fazê-la. Várias foram as correntes de pensamento que ganharam espaço a partir das Declarações Internacionais. Se por um lado havia a defesa do renascimento através da reconstrução, tese defendida por Eugène Viollet-le-Duc, por outro haviam idéias que visavam um enfoque mais científico que defendia a conservação e a mínima intervenção, teses essas defendidas por John Ruskin. Mesmo assim, era consenso sobre a necessidade de encontrar-se uma conciliação entre os dois pólos. Cesare Brandi deu uma grande contribuição para homogeneizar as visões, através da introdução de conceitos como a observação do objeto, o respeito pelo material original, a aceitação da história do objeto e a busca pelo equilíbrio entre os valores estéticos e históricos.

No Brasil, a partir da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1937, e com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, foram tombados mais de 16 mil edifícios, 50 centros históricos e conjuntos urbanos e 5 mil sítios arqueológicos cadastrados.

### **3.1 – Barroco Mineiro**

Nas cidades de Ouro Preto, Mariana e Congonhas, bem como na região dos Campos das Vertentes, que engloba São João del Rei, Tiradentes, Prados, Barbacena e outros municípios, predominou o Barroco Mineiro, ou seja, a arquitetura colonial dos Séculos XVII e XVIII com requintes de ornamentos, sobretudo nos monumentos religiosos, que sustentam essa denominação.

#### **3.1.1 – TIRADENTES**

Em 1938 foi tombado o sítio histórico de Tiradentes, em Minas Gerais, como conjunto arquitetônico e urbanístico, hoje talvez um dos sítios históricos, caracterizados pelo barroco mineiro, mais harmoniosos e preservados no Brasil.



Fig.1 – Vista geral



Fig. 2 – Detalhe de fachada

Tiradentes – MG

Suas construções, na grande maioria, são nas técnicas em terra crua. Além da “taipa de pilão”, o “adobe” e o “pau-a-pique”, em muitas delas foi utilizado o “moledo”, solo entre os estágios de terra e rocha, provavelmente identificado a partir das escavações das primeiras galerias para extração de ouro. Era tal a compacidade desse material que era possível extrair-lo em blocos de variados tamanhos e formatos, tendo sido, em muitos casos, utilizado em fundações, e também como paredes estruturais.

### 3.2 – Neoclássico

O Século XIX fez surgir uma arquitetura mais simples, despojada dos requintes do colonial, porém semelhante no que diz respeito à monumentalidade: grandes pés direito, vãos amplos e abundante volumetria. Algumas diferenças de estilo foram introduzidas, como o aparecimento de bandeiras sobre portas e janelas, e praticamente foram desaparecendo os beirais em forma de cachorro e beira seveira, predominando então as cimalkas de madeira.

#### 3.2.1 – SÃO LUIS DO PARAITINGA – SP

Na região do Vale do Paraíba, inicialmente com pequenas ocupações que serviam de “pouso” para as tropas que trafegavam entre as Minas Gerais e os portos de Angra dos Reis e Rio de Janeiro, e posteriormente com formações urbanas que se desenvolveram a partir do ciclo do café, o estilo neoclássico passa a fazer parte do repertório da arquitetura colonial. Algumas cidades se destacam nesse contexto. São Luis do Paraitinga seguramente é uma delas. Foi fundada em 1769 e em 1773, elevada à categoria de vila, sendo que nessa época já contava com 52 casas e 800 habitantes.



Fig.3 – Casario



Fig.4 – Faz. Pinheirinho

São Luis do Paraitinga – SP

### 3.3 – Eclético

Com a abundância material gerada pelo ciclo do café no Vale do Paraíba, deixou de ser privilégio das famílias que viviam na Corte o trânsito entre o Velho Mundo e a Colônia, e muitos jovens descendentes dos “barões do café” iam para a Europa estudar. Esse intercâmbio gerou transformações de comportamento de uma maneira

geral: quando voltavam, esses jovens chegavam com muitas informações sobre o modo de vida europeu, influenciando definitivamente a sociedade local que estava em franco desenvolvimento.

Os beirais dos telhados foram substituídos por frontões, imitando as igrejas; os vãos na fachada se mesclavam entre retos e em arco; as janelas, que tinham guilhotina por fora e folha cega por dentro, também foram sendo aos poucos substituídas por uma mescla de vidro e madeira tipo veneziana na mesma folha; os elementos decorativos adornavam as fachadas em profusão, e as cores também foram perdendo o tom pastel e se tornando mais vivas.

No sistema construtivo ainda predominava a arquitetura de terra, porém fica evidente a substituição da taipa de pilão, que era comum nas paredes externas, pelo adobe, ainda se mantendo em muitos casos o pau-a-pique para as paredes internas. Foram também dados os primeiros passos em busca de uma maior privacidade: algumas construções, principalmente quando de esquinas, já eram executadas com recuos em pelo menos um dos lados do terreno.

### 3.3.1 – RESENDE – RJ

Fundada como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, em 1744, em 1801 passa-se a chamar Vila de Resende e em 13 de julho de 1848, passa da categoria de Vila à de Cidade. Resende, por mais de um século, representou o progresso e o desenvolvimento em função do cultivo do café, tendo o mérito de ter sido o primeiro local no Brasil em que foi plantado, visando produção em escala.

O casario existente, apesar das descaracterizações e degradação, serve como registro de um período marcado pela transição entre o estilo neoclássico com influência do colonial e o estilo eclético, onde prevalecem a utilização da terra crua como elemento construtivo. Observamos a presença da taipa de pilão sobretudo nos monumentos e sobrados, e do adobe e do pau-a-pique nas construções menores. No início do Século XX, apesar da manutenção do eclético como proposta formal, se observa a existência de construções onde foram utilizados tijolos de barro queimado, como por exemplo na execução da sede do Banco Rural – a primeira construção de três pavimentos em Resende – e a Cerâmica São Carlos.

Em 1999, foram tombados 63 imóveis através do Decreto Municipal 145, como uma tentativa de conter a descaracterização e o desaparecimento de um dos acervos urbanos mais significativos do sul fluminense.

O que podemos observar é que, apesar do questionamento jurídico, a proteção através de decretos leis impede que diminuam as descaracterizações e também as tentativas de demolições, mas não impedem a deterioração crescente dos conjuntos históricos. Tal fato revela que existem lacunas à serem preenchidas e que, apesar das dificuldades existentes, a ausência de um planejamento adequado faz com que não se percebam as possibilidades de desdobramentos positivos através de intervenções em áreas históricas.



Fig. 5 e 6 – Exemplos da Arquitetura Eclética – Resende-RJ

## 4. PLANEJAMENTO

A metodologia utilizada proporciona uma referência para se pensar a conservação de um lugar. Nela, se destaca a importância da análise, não só de suas condições físicas, como também dos diferentes elementos de seu entorno que tem influência na conservação e manejo, sendo um requisito para as definições de tarefas futuras. A compreensão dos valores atribuídos ao patrimônio, com suas diferentes perspectivas, permite chegar a uma análise mais profunda da maneira que se aprecia e apropria determinado lugar por diferentes grupos sociais, assim como permite verificar a influência que tais valores exercem na sua conservação e manejo.

No caso da arquitetura de terra, com sua particular problemática de conservação, necessita-se de análise minuciosa das suas condições, antes de escolher entre as opções existentes, para que se tenha plena consciência dos efeitos das intervenções. Por outro lado, a metodologia integra não apenas os aspectos das disciplinas especializadas, como também aqueles dos agentes sociais que transformam seu entorno cultural, gerando um conceito integral de patrimônio cultural vinculado à sociedade à qual pertencem.

### 4.1 – O enfoque

A metodologia apresentada promove uma aproximação sistemática e integral para o manejo do patrimônio cultural, que engloba todas as ações e decisões que afetam sua conservação.

A principal premissa deste enfoque é que o objetivo de manter um lugar é a conservação dos valores que o fazem importante. Conseqüentemente, para conservá-lo com êxito, se faz necessária a compreensão e a reflexão a respeito dos valores que o tornam significativo e único, não só dentro da perspectiva do especialista, como também da sociedade como um todo.

Então, para conseguir a integração efetiva de todos os aspectos vinculados à conservação de um lugar, há que se planejar todos os aspectos relacionados com ele, desde as pesquisas, a conservação e a manutenção, até as atividades turísticas, a administração, entre outros. Mesmo assim, é importante promover a participação efetiva dos diferentes setores que tem interesse e ingerência em seu manejo.

O processo de planejamento proporciona as diretrizes básicas e uma seqüência lógica para a tomada de decisões, com o objetivo de assegurar que todos os elementos acima mencionados sejam expressamente elaborados para proteger e conservar o significado cultural do lugar, de modo a transformar-se em legado para as gerações presentes e futuras.

### 4.2 – Análise – Valores, Contexto e Condições

#### 4.2.1 – SIGNIFICADO CULTURAL

– Levar em consideração as visões dos profissionais e das comunidades do entorno.

#### **Perguntas:**

- Quais foram as fases de criação do sítio?
- O que se perdeu de original?
- Que aspectos do sítio são únicos ou singulares?
- Como foi utilizado ou como funcionava o sítio originalmente?
- Como se usa na atualidade?
- Existe alguma relação entre o sítio e a paisagem?
- Existe alguma relação entre o sítio e a comunidade?
- Em que grau foi afetada a condição original do sítio?
- Qual era o significado do sítio para os habitantes originais?
- Qual o significado atual para os moradores da área?
- O que queremos conservar?

#### 4.2.2 – INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

- Reportagens
- Bibliografia
- Fotografias
- Desenhos
- História das Intervenções

#### 4.2.3 – AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES

– Serve principalmente para definir as ações emergenciais.

#### 4.2.4 – AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

– Estudos e pesquisas – Arqueológica, conservação, arquitetônica, antropológica, física, biológica, ecológica etc.

#### 4.2.5 – ENTORNO NATURAL E EVENTOS AMBIENTAIS

– Flora, fauna, função das características, captação de água e sombras.  
– Temperatura, umidade, direção dos ventos e fenômenos macro ambientais.

#### 4.2.6 – SITUAÇÃO E ENTORNO SOCIAL

Características demográficas: número de habitantes, composição da população por grupos de idade e sexo, etnias e índices de alfabetização;

Extensão dos municípios (território);

Grupos de poder: igrejas, Estado, partidos políticos, organizações comunitárias, e suas incidências no lugar;

Formas de organização: econômica, política e social;

Necessidades das comunidades;

Atividades produtivas e econômicas.

#### 4.2.7 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Investimentos no sítio (análises custo-benefício);

Legislação;

Situação legal das propriedades;

Anomalias em torno das disposições legais em vários níveis;

Problemática para as aplicações legais;

#### 4.2.8 – DIFUSÃO

– Guias de turistas, folhetos, livros, revistas e museus;

– Programas educativos e atendimento aos estudantes

### 5. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

As estratégias para a conservação da arquitetura de terra, que são selecionadas em resposta à identificação de problemas específicos e valores, são numerosas e variadas. Vão desde o monitoramento e a quase total ausência de intervenção, até uma estabilização intensa ou reintegração de partes de uma construção.

Da mesma forma, as ferramentas de conservação que estão à disposição dos profissionais de restauro, dos diretores de sítios arqueológicos e dos proprietários podem ser simples e baratos ou complexas e caras. É possível utilizar uma ampla gama de técnicas, determinadas pelas variáveis da estrutura e de sua importância. Resta então contar com a capacidade de decidir quando há de se empregar diversos métodos de conservação, assim como a forma de combinar diversos métodos de conservação em um mesmo sítio.

Os critérios que devem ser levados em conta para desenvolver uma estratégia são:

- a) intervenções de alta e baixa tecnologia;
- b) manutenção;
- c) monitoramento;
- d) uso sustentável de materiais e técnicas;
- e) fatores ambientais (temperatura, umidade, efeitos sísmicos, fauna, vegetação);
- f) fatores de uso por parte de visitantes;
- g) restrições financeiras;
- h) medidas de emergência;
- i) segurança.

#### 5.1 – Manutenção e monitoramento

A manutenção é a chave para a longevidade de qualquer estrutura, independente de se tratar de uma construção arqueológica ou de uma construção que ainda esteja em uso. Desenvolver uma avaliação das necessidades de manutenção, que considere o pessoal e orçamento disponíveis, é um passo importante na ponderação de opções para o tratamento de uma estrutura. Com a programação de um ciclo de manutenção que opere conjuntamente com inspeções e monitoramento praticados com regularidade, as necessidades de uma estrutura poderão ser mantidas em muitos casos por um período de tempo razoável. Claro que existem casos em que este tipo de manutenção não tem um resultado viável. Historicamente, os proprietários de construções com terra renovavam os revestimentos externos com regularidade. Atualmente, em muitos lugares do planeta, esta opção já não é viável, devido à reestruturação da vida sócio econômica de uma comunidade, o que torna muito difícil que os membros de uma família continuem desenvolvendo este tipo de tarefa de manutenção.

Da mesma forma, os responsáveis por sítios históricos e arqueológicos poderiam não contar com orçamento e recursos humanos disponíveis para executar a manutenção necessária para conservar uma parede de adobe em ruínas sob seus cuidados, mesmo que devessem refazer os revestimentos de paredes, mediante a correção de uma deterioração de base ocasionada por umidade capilar. A manutenção pode inclusive ter resultados nocivos em alguns casos: se as pessoas que desenvolvem o trabalho começam a reintegrar trechos de uma estrutura em pequena escala, com o tempo isto poderia fazer com que a estrutura histórica original desaparecesse.

Essa medida poderia ser aceitável em alguns casos – quando uma estrutura continue sendo utilizada e a importância da manutenção consista em assegurar a continuidade do uso da estrutura como sistema funcional–, porém não seria aceitável em um contexto arqueológico. A prática de manutenção regular também poderá afetar adversamente uma estrutura se implicar em atividades tais como o arrastar de pesadas mangueiras sobre paredes, a umidificação de paredes com excesso de água e a abrasão de superfícies resultante do fato de descascar-se previamente as paredes para a aplicação de um novo revestimento.

## **5.2 – Alterações não Estruturais**

A premissa básica na conservação de arquitetura feita em terra consiste em intervir na estrutura física da mesma o mínimo possível. É possível identificar-se técnicas que diminuam a deterioração de uma construção mediante um impacto mínimo na estrutura física. Estas deverão ser avaliadas e ser colocadas em prática de maneira seletiva antes de efetuar-se uma alteração física qualquer. Entre os exemplos destes tipos de intervenção não estrutural se incluem: o enterramento parcial ou total, a construção de cobertas protetoras sobre uma parte ou a totalidade do monumento e a alteração de padrões de drenagem que podem ter impactos negativos. Estes tipos de intervenção resolvem ou diminuem em grande medida os problemas de deterioração que uma estrutura poderia estar sofrendo.

## **5.3 – Drenagem**

Minimizar a quantidade de umidade que se acumula próximo às bases de paredes feitas em terra é fundamental para proteger sua integridade estrutural. Muitas vezes, pode-se praticar alterações simples com um custo mínimo. Alguns exemplos seriam: a criação de um gradiente positivo que distancie a água da superfície das bases das paredes, dirigir a drenagem de canos longe das paredes e dar uma manutenção apropriada aos sistemas de drenagem já existentes, o que se consegue mediante inspeções regulares desses sistemas. Pode-se utilizar drenagens subterrâneas, quando o emprego de um sistema de drenagem de superfície não for adequado para eliminar a umidade que possa estar afetando as paredes de adobe.

Drenagem francesa: este é um sistema que consiste em escavar uma vala, a pelo menos um metro da parede a ser protegida, a uma profundidade igual ao alicerce. Na vala se coloca um tubo perfurado inclinado para um local aberto ou um poço seco. O tubo deveser rodeado de brita e preenchida a vala também com brita até alcançar a inclinação. Os lados e a parte superior da vala devem ser cobertos com uma tela para filtrar a terra para inibir a passagem de suas partículas e outros resíduos que possam bloquear o sistema.



Fig.7– Umidade capilar /Curso PAT99/Trujillo-Peru



Fig.8 – Execução de drenagem – Curso PAT99/Peru

#### 5.4 – Coberturas

Proteger o sítio ou o monumento construindo uma cobertura protetora, que o cubra total ou parcialmente, é uma medida de conservação que tem sido utilizada com grande eficiência, quando não foi possível recorrer a outras estratégias. O efeito mais evidente da cobertura de um sítio é a eliminação do risco de umidade descendente. Com um bom desenho, a construção de coberturas pode preservar a vida de um sítio por várias gerações. Antes de tomar a decisão de construir uma cobertura, se deve ponderar sobre os possíveis impactos negativos, entre eles a possível geração de turbulências em função dos ventos, a criação de refúgio de animais, a criação de um microclima que poderia permitir o crescimento de plantas e algas destrutivas, a estética (existem coberturas feias e bonitas). E também é fundamental avaliar os impactos do escoamento da água proveniente das chuvas, como e onde ela se depositará.



Fig. 9 e 10 – Sistemas de coberturas dos sítios arqueológicos El Brujo e Del Sol y de la Luna – Perú

#### 5.5 – Intervenções estruturais

Quando se considerar necessário intervir na trama de um muro de terra, uma variedade de métodos poderá ser utilizada para sua estabilização e preservação, incluindo: a reintegração de material similar nas bases das paredes cuja deterioração foi produzida por capilaridade, por alterações produzidas por roedores ou vegetação; a colocação de sistemas na parte superior das paredes (*capping*) que diminuem os efeitos das chuvas;

recobrimentos de sacrifício sobre as estruturas; a consolidação de superfícies e paredes; e a integração de materiais novos naqueles lugares em que corra perigo a estabilidade estrutural da parede.

Essas ações exigem uma análise profunda e uma documentação da situação antes de começar a intervenção. É fundamental, também, mitigar o mais possível a causa da deterioração antes de colocar em prática as medidas de conservação. Em muitas ocasiões não é necessário intervir na estrutura da parede, já que isso pode reverter em danos para a relevância e o estado físico dessa estrutura. Caso contrário, pode-se considerar indispensável aplicar uma ou mais técnicas de intervenção em uma parede para assim retardar sua deterioração.

Existe abundante literatura onde se descrevem as metodologias atuais, correspondentes aos tipos de intervenções mencionadas anteriormente, de modo que não incluiremos uma descrição detalhada de cada uma. Basta dizer que em qualquer região existem muitas formas tradicionais que são usadas por séculos para manter e conservar a arquitetura de terra e seguem sendo válidas. Em essência, e sempre que seja possível, é importante usar materiais similares para recompor o que falta. Normalmente, quando se usa um material para reintegração mais resistente ou de características físicas que são demasiado diferentes ao material original, este último pode comprometer-se. Com isso não queremos dizer que não se devam aplicar técnicas e metodologias novas, se seu custo for razoável e foram utilizadas com êxito anteriormente. Simplesmente queremos advertir que se deve estudar a sustentabilidade de qualquer tipo de intervenção antes de empreender uma ação.

O sentido comum e mãos hábeis são as chaves para implementar estratégias de conservação apropriadas em sítios e monumentos de arquitetura de terra.

*Para se grandes passos, é necessário, não apenas atuar, como também, sonhar. Não apenas planejar, como também, acreditar.*

(Anatole Thibault France – 1844/1924)

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hanna. “La condición Humana (The Human Condition), Chicago, University of Chicago Press, 1958.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. “Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados”, Enrique Florescano (coord.), El patrimonio nacional de México, México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Fondo de Cultura Económica, 1977, vol.1
- BORGES, Marcos, Rodrigues, Raymundo. “The Modernity and Tradition Constructing the Future – 7<sup>th</sup> International Conference on the Study and Conservation of Earthen Architecture – Silves – Portugal 1993.
- BRANDI, Cesare. “Principios de Teoría de la Restauración”. Tradução de S. Diaz-Berrio F., Ed. Mimeográfica, División Estudios Superiores, Escuela Nacional de Arquitectura, UNAM, México, 1971.
- CASTELLANOS, Carolina. Síntese Temática: “Planificación para el Manejo: Analisis.”
- “CONSERVACIÓN DE SÍTIOS, UNA CUESTIÓN DE VALORES”. Conservación (Boletim do Instituto Getty de Conservação) nº 1, março de 1977.
- CROSBY, Anthony. “Estabilización de ruínas – el valor implícito” traduzido para o espanhol de “Ruins Stabilization” – the Value Implied”, International Perspectives on Cultural Parks: Proceedings of the First World Conference. Denver: US National Park Service, 1984.
- GARCIA MOLL, Roberto. “Perspectivas de la conservación de los centros históricos a la luz de la polémica actual”, Antropología, nº 34 (Abril – Junho de 1991): 52-57.
- KIN, T. “Significance”, in Anthropology in historic conservation: caring for culture cluster”, New York: Academic Press, 1977. Capítulo 5
- METODOLOGIA III – Curso de Capacitação sobre Patrimônio Cultural, Museu de las Culturas del Norte, Centro Cultural de Paquimé, 21 de julho a 1º de agosto de 1996, INAH – NPS.